



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização
Coordenação-Geral de Sistemas

Nota Informativa SEI nº 2817/2024/MF

INTERESSADO(S): Tribunal de Contas da União

ASSUNTO: TC 025.609/2024-6. Segurança da informação. Plataformas de apostas de quota fixa.

Senhor Subsecretário de Monitoramento e Fiscalização,

1. Reporto-me ao Despacho (SEI 46897747), por meio do qual esta Coordenação-Geral de Sistemas foi instada a se manifestar sobre os questionamentos constantes do item 24 da Instrução (SEI 46865020), no âmbito da Tomada de Contas do Tribunal de Contas da União - TC 025.609/2024-6, que trata do acompanhamento das ações propostas pelo Governo Federal para prevenir o roubo de dados dos apostadores e outros aspectos relativos à tecnologia da informação nas empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa ("bets"), encaminhada a essa Secretaria de Prêmios e Apostas por meio do Ofício 55652/2024-TCU/Seproc (SEI 46864620).

2. Replico a seguir os questionamentos do item 24, acima mencionados:

24.1.1. informação sobre a estratégia de intervenção regulatória e fiscalização para garantir que as empresas autorizadas implantem controles para reduzir os riscos de segurança da informação a um nível adequado; 24.1.2. informação sobre os indicadores de qualidade regulatória relativos à segurança da informação que serão utilizados; 24.1.3. informação sobre eventuais ações de fiscalização já realizadas que envolveram avaliações de segurança da informação; 24.1.4. informação sobre os requisitos, critérios, métodos empregados e testes definidos para as avaliações de segurança da informação pelas empresas certificadoras; 24.1.5. critérios para avaliar a qualidade do serviço executado pelas empresas certificadoras no que diz respeito à segurança da informação; 24.1.6. a estrutura (organograma, composição e normativos) da SPA/MF (servidores, cargos em comissão, equipamentos) para atuar na regulação e supervisão das empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa nos aspectos de segurança da informação; 24.1.7. informação sobre se o quantitativo de recursos humanos alocados na SPA/MF são suficientes e possuem as habilidades e conhecimento necessários para atuar na regulação e supervisão das empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa nos aspectos de segurança da informação; 24.1.8. informação sobre se os recursos orçamentários alocados em 2024 são suficientes para a SPA/MF atuar nas atividades de regulação e fiscalização no tema de segurança da informação; 24.1.9. informação sobre se os recursos orçamentários previstos para 2025 são suficientes para a SPA/MF atuar nas atividades de regulação e fiscalização no tema de segurança da informação; 24.1.10. mapa dos riscos que podem comprometer a atuação da SPA/MF nas atividades de regulação e fiscalização no tema segurança da informação; 24.1.11. mapa do nível de capacidade dos controles de segurança da informação atualmente implementados pelas empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa; 24.1.12. informação sobre a abordagem de monitoramento, avaliação e comunicação dos indicadores relativos à segurança da informação dos entes regulados e usuários dos jogos com apostas de quota fixa

("bets"); 24.1.13. informação sobre a existência de outras normas ou regulamentos que digam respeito ao tema de segurança da informação além dos constantes no site dessa Secretaria, Portarias - SPA/MF 300/2024, 722/2024, 827/2024, 1.207/2024, 1.225/2024 e 1.330/2024; 24.1.14. indicação de servidor (nome, telefone e e-mail) com conhecimentos técnicos sobre regulação no tema segurança da informação para esclarecer dúvidas e prestar esclarecimentos adicionais sobre as informações e documentos encaminhados, com objetivo de construir colaborativamente o entendimento da matéria; 24.1.15. outros comentários adicionais sobre a matéria, caso entenda pertinente, para contribuir com objetivo do presente acompanhamento.

3. Em resposta, informo que, nos termos do art. 3º da Portaria SPA/MF nº 300, de 23 de fevereiro de 2024, as entidades certificadoras devidamente reconhecidas pelo Ministério da Fazenda podem emitir certificado específico para o Brasil, atestando que os sistemas de apostas e os estúdios de jogo ao vivo e os jogos on-line apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas na outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa, e que serão utilizados pelos agentes operadores autorizados, estão em plena conformidade com os requisitos técnicos definidos em regulamento específico.

4. Atualmente, são seis as entidades certificadoras cuja capacidade operacional foi reconhecida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, conforme informado em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/autorizacao-aqf/entidades-certificadoras>. O processo de reconhecimento envolve a avaliação de qualificação técnica dessas empresas, de acordo com o art. 6º, inciso IV, combinado com o art. 10, da Portaria nº 300, de 23 de fevereiro de 2024, dispositivo esse transcrito em literalidade a seguir:

Art. 10. A qualificação técnica prevista no inciso IV do art. 6º deverá ser demonstrada por meio da apresentação de documentação comprobatória de atendimento aos seguintes requisitos: I - experiência profissional mínima de três anos, com referências nacionais ou internacionais, detalhando os trabalhos realizados em relação à certificação de sistemas de apostas, de estúdios de jogo ao vivo e de jogos on-line; II - existência, no quadro de profissionais encarregados de realizar as avaliações, de especialistas nas seguintes áreas: a) matemática; b) engenharia mecânica, elétrica e de software; c) compliance; d) auditoria contábil; e) engenharia de redes de comunicação; f) controle de qualidade; e g) auditorias de segurança e de segurança cibernética; III - existência de metodologia detalhada para a avaliação e a certificação dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line; IV - existência de procedimentos e de medidas para garantir a segurança física e cibernética das informações tratadas e dos resultados obtidos no processo de avaliação para certificação; e V - certificações: a) ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais para competência de laboratórios de testes e calibração); e b) ISO/IEC 17020 (Requisitos para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção). § 1º O responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante da equipe responsável pelas avaliações para certificação da conformidade dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line não poderão ser contratados pelas pessoas jurídicas interessadas na obtenção de outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa ou pelos operadores autorizados, nos doze meses posteriores à avaliação. § 2º As entidades certificadoras deverão elaborar e documentar política de integridade, evidenciando as situações que possam afetar sua independência e os procedimentos adotados com o objetivo de monitorar, identificar e evitar a sua ocorrência, bem como conflitos de interesse. § 3º A política de integridade referida no § 2º deverá ser mantida atualizada e à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

5. De acordo com o disposto na Portaria nº 827, de 21 de maio de 2024, que regulamenta o processo de autorização de pessoas jurídicas para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, o requerimento para obtenção de autorização deve ser acompanhado dos documentos que comprovem, inclusive, a qualificação técnica da empresa (art. 7º, inciso V). Conforme o art. 12, inciso I, dessa Portaria, a qualificação técnica da pessoa jurídica requerente é comprovada por meio da apresentação do protocolo de solicitação ou certificado técnico do sistema de apostas, emitido por laboratório com capacidade operacional reconhecida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da

Fazenda, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento específico. O art. 14 dessa Portaria prevê o prazo de 30 dias, contados da data de notificação para pagamento da outorga para exploração da modalidade lotérica, para apresentação do referido certificado técnico, no caso das pessoas jurídicas requerentes que tenham apresentado apenas o protocolo de solicitação, ao invés do certificado técnico em si.

6. Tendo em vista que as primeiras notificações para pagamento de outorga foram realizadas via Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP no dia 19 de novembro de 2024, ainda está em curso o prazo para que as primeiras notificadas apresentem a certificação técnica exigida, caso ainda não a tenha apresentado no curso do processo autorizativo.

7. Essa certificação técnica deve atestar a aderência dos sistemas de apostas, jogos on-line e estúdios ao vivo aos regulamentos específicos da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, que estão primordialmente na Portaria SPA/MF nº 722, de 2 de maio de 2024, e na Portaria SPA/MF nº 1.207, de 29 de julho de 2024. Mas, devem ser observados também os requisitos técnicos relativos a regras de transações de pagamento, prevenção à lavagem de dinheiro e outros delitos, e direitos e deveres de apostadores e de agentes operadores, que constam respectivamente da Portaria SPA/MF nº 615, de 16 de abril de 2024, Portaria SPA/MF nº 1.143, de 11 de julho de 2024, e Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024.

8. As questões relativas a segurança da informação constam expressamente no anexo IV da Portaria SPA/MF nº 722, de 2 de maio de 2024. Vale enfatizar que, conforme previsto no art. 8º desse ato normativo, os agentes operadores devem apresentar, em até noventa dias após a publicação do ato de autorização pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, relatório de avaliação para certificação dos requisitos técnicos definidos no Anexo IV do normativo emitido por entidade certificadora cuja capacidade operacional tenha sido reconhecida. Nesse sentido, uma vez que a Portaria de autorização de que trata o art. 23 da Portaria SPA/MF nº 827 de 21 de maio de 2024, será publicada neste mês de dezembro, o prazo para apresentação do referido relatório, que contemplará os principais aspectos técnicos relativos a segurança da informação, se encerrará em março de 2025. A partir do envio desses relatórios, a Secretaria de Prêmios e Apostas avaliará mais detidamente os requisitos de segurança da informação, inclusive para definição de indicadores e mapas de riscos no âmbito do processo de monitoramento e fiscalização dos agentes operadores.

9. Importa esclarecer que não há recursos orçamentários alocados especificamente para as atividades de regulação e fiscalização do tema de segurança da informação, tampouco há designação de servidores para tratar especificamente do tema na Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. Entretanto, cabe esclarecer esse assunto, juntamente com os demais aspectos relacionados a questões de regulação e fiscalização de sistemas, estão sob a competência desta Coordenação-Geral de Sistemas, da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, titularizada atualmente pelo servidor cujos dados são apresentados a seguir, inclusive para fins de eventual contato do Tribunal de Contas da União para esclarecimento de dúvidas. O organograma da Secretaria pode ser consultado em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/conheca-a-spa>.

João Paulo Resende Borges

Coordenador-Geral de Sistemas da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização

(61) 98219-7573

cgs.spa@fazenda.gov.br ou joao.r.borges@fazenda.gov.br

10. Por fim, informo que, adicionalmente às Portarias normativas citadas nos parágrafos acima, aspectos relativos a segurança da informação são tratados também na Portaria nº 1.857, de 25 de novembro de 2025, que regulamenta a transferência de dados e recursos dos apostadores da modalidade lotérica aposta de quota fixa entre pessoas jurídicas do mesmo grupo econômico, e dispõe sobre os casos em que essa transferência não pode ser realizada.

Documento assinado eletronicamente

JOÃO PAULO RESENDE BORGES

Coordenador-Geral de Sistemas



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Resende Borges, Coordenador(a)-Geral**, em 15/12/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46915372** e o código CRC **C49B7806**.

Processo nº 19995.009461/2024-04.

SEI nº 46915372